

EU, MEUS FILHOS E NOSSA ESCOLA: PENSANDO A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA ESCOLA REGULAR

Jamily Fehlberg¹
Milena Cardoso Silva²
Paula Cristina do Valle³

RESUMO

As atividades de extensão universitárias acontecem há pelo menos um século no país, e foi desde 1911 que as universidades abriram as portas à comunidade. Do início das atividades do setor até nossos dias muitos avanços foram percebidos, incluindo nesses a inclusão dessas atividades como ponto forte na avaliação de cursos superiores em Instituições de Educação Superior (IES) na iniciativa privada. O que alavancou, e muito, o potencial de atendimento à população, e o campo de abrangência das ações. Esse artigo visa apresentar uma das iniciativas de trabalho de extensão em IES privada, que atende a um bairro da periferia de Aracaju. O trabalho aconteceu ao longo do ano de 2014 e contou com equipe interdisciplinar de técnicos, docentes e discentes das áreas de pedagogia, psicologia e serviço social. Em sua etapa final e avaliativa optou-se pela não continuidade devido a ausências recorrentes ao final do ano.

Palavras-chave: Extensão Universitária, Comunidade, Cidadania.

I, MY CHILDREN AND OUR SCHOOL": THINKING ABOUT UNIVERSITY EXTENSION IN REGULAR SCHOOL

ABSTRACT

University extension activities take place for at least a century in the country, and has been since 1911 that universities opened their doors to the community. The start of the sector's activities to this day many advances were seen, including those to include such activities as strength in the evaluation of higher education in Higher Education Institutions (HEIs) in the private sector. What leveraged, and much, the population to service potential, and the scope of actions field. This article presents one of the extension work initiatives in private institution that caters to a neighborhood on the outskirts of Aracaju. The work took place during the year 2014 and featured interdisciplinary team of technicians, teachers and students of pedagogy, psychology and social work. In his final and evaluative stage it was decided to not continue due to recurrent absences at the end of the year.

Keywords: University Extension, Community, Citizenship.

¹ Doutora pela Universidade Federal do Espírito Santo, professora do curso de Psicologia e Pedagogia da Faculdade Pio Décimo Aracaju/SE.

² Pedagoga, pós-graduada em Psicopedagogia, discente no curso de Psicologia da Faculdade Pio Décimo.

³ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade Pio Décimo.

Introdução

A extensão universitária existe no Brasil desde 1911 em São Paulo, entretanto sua gênese foi restrita a atividades educativas abertas para a comunidade como seminários e conferências. Com a Reforma Universitária de 1968 as ações da extensão foram quase que extintas em decorrência da rigidez do regime militar (Sousa, 2010). Somente em 1975 o MEC e o CRUB (Conselho dos Reitores de Universidades Brasileiras) definiram a extensão baseados em três características básicas: oferta de serviços à população, fornecimento de material de trabalho à universidade e a integração dessas duas ênfases (Sousa, 2010).

O Plano Nacional de Extensão (2001) retomou a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão como partes indispensáveis da formação universitária (Sousa, 2010). Por muito tempo a extensão foi vista como a “prima pobre” da universidade, pois a extensão foi um tanto esquecida se comparada a “nobreza” da pesquisa e do ensino (Reis, 2010; Sousa, 2010). Mas a partir do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior) através da CONAES (Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior) retoma essa importância, inclusive compartilhando-a para instituições privadas de ensino.

A direção ministerial de avaliação de cursos superiores distribuídos pelo país busca índices mais altos para a qualidade da educação brasileira, nesse sentido propulsiona as IES (Instituições de Ensino Superior) a investirem em sua responsabilidade social diante da grande demanda brasileira. O SINAES/CONAES (Brasil, 2004) estabelece como um dos quesitos importantes da avaliação dos cursos o investimento institucional sistêmico na tríade ensino, pesquisa e extensão, além de avaliar os cursos, as instalações e o desempenho dos alunos (Reis, 2010),

tamanha a importância atual dada às atividades de extensão universitária.

Existem, entretanto, algumas polêmicas em relação a exata definição de extensão universitária seria o “processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade” (FORPROEX, 2001 p.29). A definição apresentada é base para a estruturação de um currículo diferenciado, que se propõe ao trabalho estruturado pela tríade ensino, pesquisa e extensão. Mais recentemente foi construído um conceito mais ampliado e atual, sobre a extensão e sua abrangência, com a elaboração da Política Nacional de Extensão Universitária:

A Extensão Universitária tornou-se o instrumento por excelência de inter-relação da Universidade com a sociedade, de oxigenação da própria Universidade, de democratização do conhecimento acadêmico, assim como de (re)produção desse conhecimento por meio da troca de saberes com as comunidades. Uma via de mão-dupla ou, como se definiu nos anos seguintes, uma forma de “interação dialógica” que traz múltiplas possibilidades de transformação da sociedade e da própria Universidade Pública. (FORPROEX, 2012, p. 10).

Segundo, Neto & Atik (2005) ainda não há uma noção definitiva de extensão, pois são ainda muitos caminhos possíveis e muitas dificuldades a serem vencidas. Principalmente em se tratando de desigualdade social entre os sujeitos da universidade e da sociedade a ser atendida, entretanto há um caminho que já iniciado e andando a passos curtos. Mas faz-se importante destacar a ausência de direcionamento político ou “polítiqueiro” nas ações de extensão, portanto é um campo aberto de possibilidades e com poucos entraves burocráticos.

Sabe-se que o país vive uma realidade social bastante dura, pois a concentração de renda é uma realidade a

muito vivida. Nesse sentido a responsabilidade da universidade não se restringe somente à produção de conhecimento e a retroalimentação de seus trabalhos, mas de proporcionar debates e despertar consciência crítica e cidadania para que a realidade possa ser modificada em algum sentido (Neto, 2001). Entretanto, os entraves políticos e burocráticos da máquina pública pouco podem desafiar as ações à implementação e à restauração da dignidade humana e social.

Além da responsabilidade social há a necessidade de estender a universidade à comunidade, para que seja uma das pontas da formação do aluno crítico e preocupado com a prática. O Ministério da Educação ainda tem investido mais na extensão com o lançamento em 2008 do programa Proext, o qual fornece incentivo aos programas extensionistas selecionados e fornece bolsas para os alunos. Nesse sentido, nota-se um movimento de apoio ao crescimento das atividades de extensão à comunidade, o que parece apontar para um horizonte mais rico e produtivo em termos de formação para os novos profissionais.

O incentivo parece ter sido pensado em um momento interessante para a extensão, pois segundo dados por Reis (2010) junto ao Sistema de Informações de Extensão (SIEEX) de 2001 à 2006 o número de projetos e ações concretizadas de extensão aumentaram significativamente. Em 2001 foram registrados 294 ações de extensão em todo o país, enquanto que em 2006 ocorreram 4.607 destas. Esse crescimento deve-se, segundo a autora, pela “crescente conscientização, por parte da comunidade acadêmica, da necessidade de contribuição da Academia para com a melhora da qualidade de vida da parcela majoritária da população” (p. 79).

Devido ao crescente investimento na área de extensão por todo o país e o crescente número de projetos em andamento, dado que contudo não

aparece na produção científica, notadamente poucos são os artigos que debatem o tema. Na tentativa de alterar essa realidade propõe-se nesse artigo apresentar e discutir metodologia e resultados importantes do trabalho de extensão realizado junto a uma comunidade situada num município da periferia de Aracaju/SE.

O referido relato contemplará as ideias adotadas para os encontros em oficinas educativas, as dificuldades encontradas, as estratégias metodológicas e algum resultado identificado ao longo do processo. Os encontros tiveram cunho educativo e foram realizados de maneira descontraída, em muitos momentos unindo conhecimentos de várias áreas da saúde e educação com o cotidiano dos participantes.

O propósito principal das atividades desenvolvidas durante o ano de 2014 foi construir um vínculo entre escola e comunidade, também de apresentar a acessibilidade da academia à questões sociais. Outro objetivo do trabalho realizado fora a oferta de serviço de qualidade à comunidade, bem como a oportunidade de unir teoria e prática entre os discentes e docentes envolvidos no processo. Entende-se contudo que a extensão pode e deve ser uma das possibilidades de formação continuada do aluno e do profissional já atuante, levando-se em conta a aproximação estreita entre serviços ofertados à população, profissionais já atuantes na área e universidade.

FAMÍLIA – ESCOLA NO BRASIL

Historicamente a família vem delegando à escola a responsabilidade pela educação de seus filhos, e esta por sua vez assume-a de forma plena (Coll et al. 2004a), entretanto essa concepção vem contribuindo para a sobrecarga de responsabilidade que acomete a instituição escola. Esta instituição se encontra em um extremo da vulnerabilidade perante a criança e perante os pais, pois pode ser “atacada”

se proceder de forma “errada” com as crianças. Em resumo, a distância cada vez maior entre família/escola e família/educação formal e o aumento da responsabilidade atribuída à instituição escolar apontam para um futuro não muito positivo da educação no país (Coll, et al, 2004b). Enquanto que a perspectiva de aproximação entre essas instâncias é um dos caminhos que apontam para o resgate do aproveitamento escolar e da resiliência dos usuários da escola, tem-se o movimento popular contrário sob as justificativas mais diversas, entre elas a rigidez do sistema escola.

A desconstrução da instituição escola como local de acesso restrito e de acesso regido por regime disciplinar, parece ser um dos caminhos possíveis a serem percorridos na busca pela maior participação das famílias no processo educacional de seus filhos, a qual pretende-se uma maior responsabilização perante o processo de escolarização da criança. No entanto, pode-se perceber que pelas características identitárias da comunidade alvo do serviço, a aproximação parece um caminho talvez mais difícil do que em comunidades de outra natureza.

O bairro em questão é alvo de preconceitos, pois outrora era sede do lixão que atendia a capital do estado, o que se tornou uma questão judicial durante muitos anos. Segundo Fontes e Lima (2008), muitas famílias se aglomeravam próximo ao lixão com a finalidade de sobrevivência através da utilização do material encontrado ou da renda gerada pela venda de alguns materiais. Essa maneira utilizada para a “sobrevivência” causou um certo preconceito acerca dos moradores do bairro, visto que esta ainda leva o estigma de uma comunidade formada à partir dos trabalhadores que retiravam do lixo seu meio de sobrevivência.

Com a instalação da Usina de Reciclagem no local o bairro ganhou algumas precárias infra-estruturas como

pavimentação das vias principais, energia elétrica e condições sanitárias básicas também em algumas vias principais, porém permanece no imaginário da população a ideia de que ainda existe a miséria que deu origem ao antigo bairro “Terra Dura”, hoje “Santa Maria”. Essa imagem negativa que predominou ao longo da história do local, parece de alguma forma reverberar em núcleos identitários de parte dos residentes locais, e dos que não conhecem, mas se referem ao bairro. Pode-se perceber que esse estigma ainda faz parte da forma como os próprios moradores se comportam no cotidiano. Muitos relatam não “gostarem” de sair do bairro, a não ser para trabalhar e muitos outros não relatam seu endereço “com medo do que as pessoas de outros bairros poderiam pensar”, segundo relatos colhidos por alguns dos participantes da extensão pode-se inferir, mesmo que de forma eventual, que a identidade do morador da “Terra Dura” pode ainda cooperar na dinâmica social dos moradores locais e na forma como se relacionam com os que vêm de fora, como nesse caso os docentes e discentes da faculdade, ou até mesmo os docentes da escola na qual foi realizado o trabalho.

METODOLOGIA

O processo de preparação dos discentes para a execução dos trabalhos em grupo foi realizado em encontros semanais, nos quais foram discutidos textos relacionados ao trabalho da psicologia em comunidade (Barreto e Milani, 2014; Freitas, 1996; Guareschi, 1996; Perdição, 2003; Sloan, 2009). Inicialmente foram construídas hipóteses de aportes teóricos para que os objetivos iniciais fossem alcançados, e foram traçados pontos de destaques para esse fim. Um dos pontos principais abordados foram o respeito para com a comunidade atendida em suas diferenças que entrelaçam o passado e o

presente na realidade social encontrada (Perdição, 2003).

Em seguida chegou-se a pressupostos da psicologia comunitária que foram discutidos como os conceitos que poderiam auxiliar os participantes em um primeiro momento, e entre outros foram ventilados resiliência, empoderamento, cidadania, e além disso foi trabalhado com os alunos a importância da escuta, acolhimento e intervenção em comunidade. Em seguida foram feitas algumas aproximações dos extensionistas com o campo de trabalho e seus profissionais a fim de serem analisados os números previstos de participantes, bem como o local cedido para a realização do trabalho, e também o levantamento das expectativas tanto dos alunos quanto dos profissionais localizados na comunidade.

Após a primeira etapa do projeto foram realizadas sessões em grupo cujo público alvo consistiu em pais de alunos matriculados no sexto ano no Colégio Estadual “Vitória de Santa Maria”, com sede no bairro Santa Maria, cuja administração é vinculada à Rede Pública Estadual de Educação de Sergipe. Os encontros foram realizados mensalmente durante o ano de 2014, sempre aos sábados à tarde contando com 4 extensionistas, a docente responsável e a gestora da instituição escolar referida. Foram utilizadas dinâmicas de grupo e discussões inicialmente sobre os temas relacionados a participação dos pais em atividades relacionadas ao exercício da cidadania e ao fortalecimento de vínculo e parceria com a instituição escola.

Posteriormente, após análise da demanda do grupo ao longo dos encontros, foram abordadas temáticas relacionadas à saúde mental (a grande maioria dos participantes fazem uso de psicotrópicos com receita médica, porém não referem nenhum contato com psiquiatra), cuidados em saúde, acessibilidade à serviços de saúde.

Pode-se notar que a temática motivadora do trabalho fora substituída por uma outra que demandou maior dedicação dos envolvidos no processo, pois a ausência de informações e de oferta de serviços de saúde para que pudessem haver encaminhamentos, principalmente de saúde mental na rede pública de saúde do bairro demonstrou-se inadequada à demanda da comunidade presente no grupo.

Foi percebido que havia grande insatisfação e urgência em questões que se referiam ao acesso a rede pública de saúde, educação e assistência social. Devido à grande demanda pelos serviços, conclui-se que os serviços públicos ofertados à população daquele bairro não atendem satisfatoriamente aos usuários. Foram realizados alguns encontros na tentativa de esclarecer os presentes sobre o uso de psicotrópicos sem acompanhamento direto de um especialista, e foram trabalhados encaminhamentos para locais os quais existe serviço de psiquiatria e assistência social quando devidamente adequado.

No entanto, mesmo que as temáticas tivessem sido alteradas ao longo de alguns encontros entende-se que houveram momentos de interação dos pais com seus filhos, o que de forma ampla aproximou-os dos cuidados com o processo educacional. Deve-se acentuar que esse objetivo fora buscado ao longo da realização dos grupos. Mas, devido a grande demanda por questões relacionadas a direitos, e saúde mental, o principal objetivo não foi trabalhado e esgotado ao longo do ano. Fato que não inviabilizou o trabalho, pois toda a equipe de trabalho se encontrava disponível a acolher as demandas da comunidade.

Porém, durante a avaliação do processo entendeu-se que a demanda do grupo abordado perpassa questões que extrapolam o âmbito escolar e que são adequadas à oferta de serviços básicos à comunidade e também de simples esclarecimentos e informações. Fato

que gerou uma nova expectativa de trabalho no grupo, ou melhor, uma nova demanda surgiu da avaliação, pois os profissionais, discentes e docentes envolvidos detectaram uma demanda diferente da proposta para esse trabalho, o que ocasionará uma reformulação da primeira ideia de trabalho. Com isso o trabalho foi finalizado e será reformulado tanto em relação ao local escolhido, como em relação à temática proposta.

CONCLUSÃO

Contudo, entende-se que o investimento na educação é um caminho bastante promissor no tocante à reavaliação de paradigmas e de mudanças em núcleos identitários, e na prática principalmente se a comunidade estiver momentaneamente descontente com suas próprias condições. O trabalho que inicialmente pretendia a aproximação de familiares da escola e a criação de vínculos de responsabilização sobre o processo educacional de seus filhos, fora substituído pela busca por eixos de cidadania e de apoio social e saúde mental. O que promoveu uma reformulação dos serviços oferecidos posteriormente e a finalização deste trabalho, tal qual inicialmente fora proposto, sendo assim será proposto novo projeto para atuação na mesma comunidade, porém com outro formato.

REFERÊNCIAS

Barreto, R., & Milane, J. P. (2014). Roda de Conversa: Espaço de potencialização para a experiência feminina. In: STELLA, C. (org) (2014) *Psicologia Comunitária: contribuições teóricas, encontros e experiências*. Rio de Janeiro: Vozes.

Brasil Ministério da Educação. *Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004*. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

(SINAES), instituído na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

Brasil, Ministério da Educação. *Plano Nacional de Extensão*. Portal MEC/SESu. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/sesu>.

Brasil, Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007 - Institui o Programa Saúde na Escola (PSE), e dá outras providência. Brasília, 2007.

Coll, C. S., Marchesi, A., & Palacios, J. (org.) (2004a). *Desenvolvimento psicológico e educação*. Vol. II. Porto Alegre: Artmed.

Coll, C. S., Gallart, I. S., Goni, J. O. E., & Mestres, M. M. (org.) (2004b). *Psicologia do Ensino*. Porto Alegre: Artmed.

Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - FORPROEX. Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão. Brasília: MEC/SESu, 2006.

Fórum de pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras - Forproex. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus: MEC/SeSu, 2012.

Fontes, J., & Lima, A. S. (2008). *Bairro Santa Maria: Uma realidade em Sergipe*. Aracaju/SE.

Freitas, M. F. Q. F. (1996). *Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia(social) comunitária: Práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil*. In: Campos, R. H. F. (1996). *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Rio de Janeiro: Vozes.

Guarreschi, P. A. (1996). *Relações comunitárias – Relações de dominação*.

In: CAMPOS, R. H. F. (1996). *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Rio de Janeiro: Vozes.

Neto, J. F. (2001). *Extensão Universitária: Uma análise Crítica*. João Pessoa: Editora Universitária, 2001.

Neto, J. C. S., & Atik, M. L. G. (org). *Extensão Universitária: Construção de Solidariedade*. São Paulo: Expressão & Arte, 2005.

Perdigão, A. C. (2003). A ética do cuidado na intervenção comunitária e social: Os pressupostos filosóficos. *Revista Análise Psicológica*, 4 (21).

Picanço, M. R. A., & Brandão, M. F. R. Adolescência, saúde e qualidade de Vida. In: Calderon, A. I., & Sampaio, H. (org). *Extensão Universitária: Ação Comunitária em Universidades Brasileiras*. São Paulo: Olho d'Água, 2002.

Reis, R. (2010). *Pétalas e Espinhos: A extensão Universitária no Brasil*. São Paulo: Companhia dos Livros, 2010.

Sousa, A. L. L. (2010). *A história da Extensão Universitária*. São Paulo: Campinas, 2010.

Sloan, T. (2009). Globalização, Pobreza e Justiça Social: papéis para os Psicólogos. In: Guzzo, R. S. L., Lacerda Junior, F. (orgs) (2009). *Psicologia Social para a América Latina*. São Paulo: Alínea.